

**A SOCIEDADE
INGOVERNÁVEL**

**UMA GENEALOGIA
DO LIBERALISMO
AUTORITÁRIO**

GRÉGOIRE CHAMAYOU

**TRADUÇÃO
LETÍCIA MEI**

PREFÁCIO À EDIÇÃO BRASILEIRA

- 7 A gerência vai à guerra
Yasmin Afshar

21 **INTRODUÇÃO**

[1] OS TRABALHADORES INDÓCEIS

- 31 1. Indisciplinas operárias
39 2. Recursos humanos
49 3. Insegurança social
59 4. Guerra aos sindicatos
-

[2] REVOLUÇÃO GERENCIAL

- 71 5. Uma crise teológica
79 6. Gerencialismo ético
95 7. Disciplinar os gestores
108 8. Catedralquia
-

[3] ATAQUE À LIVRE INICIATIVA

- 119 9. O cerco ao governo privado
130 10. A batalha das ideias
142 11. Como reagir?
153 12. A empresa não existe
170 13. Teorias de policiamento da empresa
-

[4] UM MUNDO DE CONTESTADORES

- 189 14. Contra-ativismo corporativo
200 15. A produção da dialogia dominante
209 16. A gestão dos problemas
219 17. *Stakeholders*
-

[5] NOVAS REGULAÇÕES

- 241 18. *Soft Law*
253 19. Custos/benefícios
270 20. Crítica da ecologia política
290 21. Responsabilizar
-

[6] O ESTADO INGOVERNÁVEL

- 307 22. A crise de governabilidade das democracias
321 23. Hayek no Chile
335 24. Nas fontes do liberalismo autoritário
349 25. Destronar a política
368 26. Micropolítica da privatização
-

389 **CONCLUSÃO**

- 395 Referências bibliográficas
427 Sobre o autor

PREFÁCIO À EDIÇÃO BRASILEIRA A GERÊNCIA VAI À GUERRA

YASMIN AFSHAR

Em novembro de 2018, apenas um mês depois da publicação de *A sociedade ingovernável*, arrebentava na França a revolta dos coletes amarelos (*gilets jaunes*). Inicialmente composto de habitantes dos subúrbios de Paris que foram às ruas protestar contra o aumento dos combustíveis, o movimento se alastrou por todo o país e suas reivindicações se avolumaram. O colete amarelo fosforescente, item de segurança obrigatório a todo carro que circula na União Europeia, assinalava a urgência daquela revolta até então invisível. De fato, poucos meses antes, a revista *Forbes* estampava em sua capa a foto do presidente francês Emmanuel Macron guarnecida do epíteto “O líder dos livres mercados” [*The leader of the free markets*]. Egresso do setor financeiro, Macron vinha implementando um programa tipicamente neoliberal – uma vez no cargo, decretou de imediato o fim dos impostos sobre grandes fortunas e deu andamento às reformas trabalhista e previdenciária, recorrendo ostensivamente às forças repressivas para abafar qualquer contestação. Em resposta à rápida difusão e radicalização dos protestos dos coletes amarelos, prometeu “mais humanidade” em seu método de governo, sem, contudo, abrir mão de suas “ambições no plano econômico”. Mas os coletes amarelos não abandonaram as ruas.

Justo quando a revolta social (não apenas na França) está cada vez mais refratária aos mecanismos de contenção do neoliberalismo, Grégoire Chamayou nos oferece uma nova interpretação sobre a constituição desses mecanismos. Sua “gênese do liberalismo autoritário” chega ao Brasil num momento em que um governo ultraliberal com tendências autoritárias

implementa um programa similar ao de Macron – centrado em reformas trabalhista e previdenciária, além de cortes em gastos públicos – e igualmente avesso aos ritos democráticos. Com o presidente brasileiro Jair Bolsonaro, militar reformado saudos da ditadura militar, e o ministro Paulo Guedes, economista oriundo da Escola de Chicago, vê-se, na prática, que liberalismo e autoritarismo não são conceitos opostos. Chamayou mostra que a imbricação entre esses termos marcou as manobras levadas a cabo em políticas governamentais e também em práticas de gestão empresarial, as quais fizeram do neoliberalismo um regime político-econômico viável. Essas iniciativas foram estimuladas pela necessidade de fazer frente ao que se percebia como *ingovernabilidade*, permeando os mais diversos setores sociais, dentro e fora das empresas.

“Ingovernável” foi o termo empregado por teóricos conservadores no final da década de 1960 para se referir à espiral de reivindicações que pressionava o poder político no Estado intervencionista keynesiano. Nesse período, do qual o Maio de 68 é apenas um símbolo, os representantes patronais apresentaram uma crise de legitimidade das empresas. O clima de contestação atingia o ambiente empresarial tanto por dentro (insubordinação, sabotagem, absenteísmo) como por fora (movimentos de boicote). Mais ainda, os gestores corporativos passaram a perceber que a própria sociedade havia se tornado insubmissa. Essa sociedade “ingovernável” – palavra que remete à história do controle social da infância a partir do século XIX, aludindo ao menor pobre a ser submetido à tutela policial – impunha uma rearticulação do poder. O autor explicita como o espectro dessa ingovernabilidade justifica a deriva autoritária do liberalismo nos anos 1970.

Para tanto, Chamayou não só expõe as táticas das classes dominantes para aplinar a crise social, como analisa os discursos corporativos, as técnicas de controle e repressão das empresas, mas também a repressão violenta institucionalizada do Estado. Essas manobras foram acionadas como meios de *despolitização da sociedade*. Despolitizar significa, aqui, promover a anulação gradual da capacidade dos indivíduos de tomar as rédeas dos rumos da vida coletiva, o que

guarda traços comuns a qualquer concepção autoritária de sociedade. Ele ressalta que essa é uma das marcas do programa político neoliberal: tudo aquilo que coloca em risco o bom andamento dos negócios é percebido como ameaça a ser combatida, conforme uma verdadeira lógica de guerra. Ora, as próprias técnicas de administração surgiram no meio militar basicamente para fazer face a necessidades de gestão da guerra, sendo a logística o melhor exemplo. Essa marca de origem, muito anterior aos anos 1960, faz-se presente em enunciados e desenvolvimentos da chamada “administração científica”, revestidos de indefectível neutralidade técnica e isenção política.

Ao investigar a concepção, por assim dizer, “militarizada” das novas teorias gerenciais e governamentais, Chamayou retoma, de certo modo, o fio condutor de suas pesquisas anteriores. Depois de finalizar seus estudos em filosofia na École Normale Supérieure de Lyon, na França, ele traduziu para o francês os textos clássicos sobre teoria da guerra de Carl von Clausewitz, general prussiano do século XIX. Em 2008, publicou seu primeiro trabalho de mais fôlego, *Les Corps vils* [Os corpos vis], seguido por *Les Chasses à l’homme* [As caças ao homem] e *Teoria do drone*, nos quais trata das relações entre técnica e dominação com base em diferentes objetos de estudo. Nessas obras, expõe os modos brutais de objetificação e aniquilação de indivíduos e grupos ao longo da história, numa abordagem claramente marcada pela influência de Michel Foucault.

A ideia de uma sociedade ingovernável subjaz ao *liberalismo autoritário*, “esse pequeno monstro conceitual”, nos dizeres de Chamayou, que pode abranger um amplo espectro político. Desse ponto de vista, há mais coisas em comum entre Macron e Bolsonaro, ou Thatcher e Trump, do que se poderia imaginar. Aqui, o liberalismo autoritário é compreendido sobretudo pela despolitização da sociedade, que pode se realizar tanto pelo desmonte de mecanismos de participação e negociação, como pela retirada de garantias e direitos sociais. Nos anos 1970, essa reorganização do poder patronal e político apareceria como análoga a certo gesto “leninista”, “revolucionário”, com o sinal trocado, com o objetivo

de renovar a legitimidade da ordem dominante a qualquer custo – ou, melhor dizendo, com fins contrarrevolucionários. Aliás, o próprio Milton Friedman vinculou sua linha de pensamento econômico a essa ideia: “O nome de Keynes é o nome óbvio para associar à revolução. A contrarrevolução também precisa de um nome, e talvez o mais amplamente usado para se referir a ela é ‘a Escola de Chicago’”.¹ As táticas usadas pelos gestores “do andar de cima” nessa contrarrevolução são justamente o objeto do texto a seguir.

Contribuições para o estudo do neoliberalismo

Ao traçar a genealogia do liberalismo autoritário, Chamayou não assume a perspectiva das dinâmicas impessoais do capital e da concorrência, tampouco a dos revoltosos, “os de baixo”, mas sim a dos governantes, “os de cima”. “Governo” aqui não se limita, é claro, ao Estado, mas se refere a toda forma de exercício de poder soberano, inclusive aquelas que se organizam à margem do poder estatal. O autor trata, em especial, de analisar o governo privado exercido pelos gestores do capital. Tal acepção nos faz associar o texto ao campo de pesquisas aberto por Michel Foucault.² A esse campo, incorporaram-se as pesquisas de Chiapello e Boltanski,³ Dardot e Laval⁴ e, mais recentemente, Brown⁵ – só para mencionar alguns trabalhos publicados no Brasil na última década

1 Milton Friedman, “The Counter-Revolution in Monetary Theory”. *IEA Occasional Paper*, n. 33. London: Institute of Economic Affairs, 1970, p. 1.

2 Michel Foucault, *Nascimento da Biopolítica*, trad. bras. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

3 Luc Boltanski e Ève Chiapello, *O novo espírito do capitalismo*, trad. bras. Ivone Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

4 Pierre Dardot e Christian Laval, *A nova razão do mundo: Ensaio sobre a sociedade neoliberal*, trad. bras. Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2016.

5 Wendy Brown, *Nas ruínas do neoliberalismo*, trad. bras. Mário Marino e Eduardo Santos. São Paulo: Politeia, 2019.

e que tiveram uma recepção considerável no país. Nessas obras, o neoliberalismo é interpretado não apenas como uma doutrina econômica, mas como uma racionalidade, isto é, uma lógica subjacente às práticas governamentais. Essa normatividade neoliberal consiste na generalização da concorrência nos âmbitos da sociabilidade, linguagem, ordenamento do Estado e subjetividade. *A sociedade ingovernável* integra-se nesse debate como uma contribuição inovadora, de caráter fortemente político.

Uma primeira novidade do ensaio é a abordagem do problema, centrada na empresa como forma de governo. Chamayou define a empresa como uma entidade corporato-política, ou seja, um ente capaz de criar dispositivos de controle, mas cujo poder depende do consentimento dos dominados e, portanto, precisa ser justificado. Lembrando que, segundo Foucault, uma das consequências do programa intelectual do neoliberalismo é a generalização da forma empresa no interior do tecido social, e Chamayou procura desenvolver uma “filosofia crítica da forma empresa”. Poderíamos dizer que essa tarefa consiste na crítica da ética social empresarial, cujas bases foram lançadas por autores como Weber, Sombart e Schumpeter. Como material de pesquisa, ele se vale de artigos, relatórios, declarações e outros registros feitos entre as décadas de 1950 e 1970 por porta-vozes de grandes corporações dos Estados Unidos (diretores executivos, revistas de negócios, teóricos da administração). Ao longo do texto, desmistifica-se o “espírito de aventura” dos investidores, assim como a “capacidade de inovação” dos empresários, entre outros clichês que apelam ao primado da vontade autônoma do gestor. Chamayou mostra que conceitos como “liberdade”, “responsabilidade” e “diálogo” foram empregados, não sem antes serem deformados, para esvaziar as demandas políticas que obstavam interesses corporativos.

Conforme já apontaram Boltanski e Chiapello, a oposição à rigidez do modelo fordista e as demandas por autonomia, criatividade e flexibilidade foram subsumidas, nas últimas décadas do século xx, pelo capitalismo das redes e dos projetos individuais. Algo dessa recusa à rigidez aparece na fas-

cinante primeira parte do livro, cujo tema é a insubmissão operária. Todavia, a ênfase do ensaio não é tanto sobre a captura, por parte da empresa, dos elementos de contestação, mas principalmente sobre o modo pelo qual esses elementos são convertidos, no âmbito do jogo político, em procedimentos de neutralização da insubmissão.

Uma segunda contribuição particularmente interessante refere-se à análise da modulação discursiva conforme um método *genealógico*. O autor evidencia como esses discursos, cuja emergência foi possibilitada por conexões, impasses e jogos de força vigentes em dado momento histórico, foram alçados ao nível de evidência e generalidade, constituindo certa racionalidade que orientaria a implementação de novos dispositivos de poder. Não se trata, entretanto, de conceber sua formulação como resultado consciente e coordenado da classe dominante como grupo uniforme; ao contrário, Chamayou sublinha que as táticas emergiram em meio a conflitos concretos. Tampouco se trata de uma genealogia entendida como inventário ou enumeração de concepções teóricas alinhadas que, ao final, apresentasse as políticas neoliberais de hoje como derivação direta do que preconizavam os pais do neoliberalismo. “Nossa era é neoliberal, isso é certo, mas um neoliberalismo bastardo”, diz Chamayou, logo nas primeiras páginas. Ao situar os discursos apologéticos na luta política, revela suas necessárias contradições. Ainda que ele pretenda construir uma história da mentalidade patronal, trata-se sempre de mostrá-la como resultado de uma confrontação. Contudo, no interior desse governo privado que é a empresa, política e economia se condicionam uma à outra, em camadas sucessivas de determinação mútua. Seria um equívoco concluir que Chamayou defende o primado do político, embora ele exponha a arquitetura institucional que garante a ordem dos mercados – a qual nada tem de espontânea.

Por fim, outra importante contribuição para as pesquisas sobre o neoliberalismo é a explicitação de suas raízes antiliberais e autoritárias. De fato, o debate não é novo: o próprio termo “liberalismo autoritário” retoma o título de um texto

publicado pelo jurista antifascista Hermann Heller, em polémica com Carl Schmitt, já em 1933. Heller se contrapôs à tese schmittiana de que o bom funcionamento da economia de mercado dependeria de um Estado forte e da despolitização da sociedade. É esse último elemento, em especial, o marcador do autoritarismo inerente a essa vertente do liberalismo, que só se realiza no esvaziamento da democracia – ainda que prescindida do uso explícito da violência. Chamayou ressalta que, muitas vezes, manobras de despolitização têm sido conduzidas sem que o aparato repressivo precise ser acionado.

Essa dimensão schmittiana do pensamento neoliberal está presente na última parte, dedicada ao debate da crise da democracia. Se Foucault havia assinalado a existência de uma crise da governabilidade no interior de diversas instituições (família, presídio, manicômio), teóricos conservadores como Samuel Huntington denunciavam, como limite do regime democrático, essa mesma recusa em ser governado. Ao longo do texto, o conteúdo anômico da ingovernabilidade transborda, aos poucos, de dentro da empresa para o restante da sociedade, que se revela, ela mesma, ingovernável. Eis o impasse: os impulsos autodestrutivos inerentes ao capital são em parte contidos pelas políticas democráticas; ao mesmo tempo, toda tentativa de ampliação da soberania popular ou até de regulação social é constantemente percebida pelas classes dominantes como intolerável. Essa ideia não deixa de ser uma reformulação da tese central da obra *A grande transformação*,⁶ na qual Polanyi afirma que, historicamente, as aspirações dos liberais pelo livre mercado foram sucedidas por ondas de proteção social que as limitaram. Pode-se dizer que, em termos dialéticos, o capitalismo perdura graças à ação contrária a sua expansão e seu aprofundamento por parte da sociedade organizada. Seguindo essa linha interpretativa, os neoliberais teriam impulsionado a reação às contestações do final da década de 1960; e aqui

⁶ Karl Polanyi, *A grande transformação: As origens de nossa época*, trad. bras. Fanny Wrabel. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

Chamayou sugere um terceiro movimento, um acréscimo à dinâmica dual descrita por Polanyi.

É preciso ter em mente que o Estado de bem-estar social europeu foi implementado para garantir a adesão da classe trabalhadora à nova ordem em um mundo bipolar, e só pôde durar enquanto foi capaz de sustentar a expansão capitalista e pacificar os conflitos sociais internos – já que as tensões e os conflitos externos eram permanentes. Essa pacificação se deu por meio da institucionalização das lutas sociais, com a consequente despolitização da sociedade. Afinal, para que a democracia seja governável, conforme escreve Jacques Donzelot, é preciso haver um declínio das paixões políticas. Impossibilitado de se submeter plenamente às injunções da massa no interior do regime democrático, o poder político a reduz a mero objeto de gestão, mais tarde entendido como “o social”.⁷ Dessa mesma sociedade gerenciada do segundo pós-guerra, surgiriam impulsos de contestação, marcando uma fissura da legitimidade desse pacto social. Foi assim que a despolitização engendrou, de certo modo, um processo de *repolitização*. No fim dos anos 1960, a própria estrutura fordista, de caráter rigidamente hierárquico (incluindo os sindicatos) sofreu um duro golpe. As classes dominantes passaram, então, à via schmittiana: definir o inimigo interno (aquele que põe em risco os negócios) e combatê-lo mediante uma estratégia de divisão, neutralização e supressão, para enfim reestabelecer o monopólio do poder. É nesse terceiro movimento que se constitui o liberalismo autoritário, no qual permanecemos enredados até os dias atuais.

⁷ Jacques Donzelot, *L'Invention du social: Essai sur le déclin des passions politiques*. Paris: Seuil, 1994. Nas palavras do autor: “De acordo com a sua determinação política, o social parece ser uma invenção necessária para tornar governável uma sociedade que optou por um sistema democrático de governo” (p. 13).

Tecnologias de guerra

Chamayou descreve como, logo após soar o alarme da crise social, um verdadeiro arsenal de guerra discursivo foi acionado em paralelo a inúmeras táticas de ataque, defesa, cooptação e legitimação. Tal estratégia – examinada a partir de seis eixos, cada um correspondendo a “um novo *front* em função do qual os defensores do mundo dos negócios teriam que se mobilizar” – tinha por objetivo a neutralização do adversário; a princípio, mediante sua despolitização, eventualmente seguida de sua aniquilação. A insubmissão dos trabalhadores no chão de fábrica (tratada na parte 1 do livro), o potencial desvio dos gerentes em relação aos interesses dos acionistas (parte 2), o ativismo contra as grandes corporações (parte 3), as contestações em escala internacional (parte 4), as ameaças de regulamentação pública (parte 5) e, enfim, a ingovernabilidade da própria democracia (parte 6) compõem o teatro de guerra.

Os capítulos se sucedem de maneira a evidenciar que, nos regimes democráticos, a anomia emerge de dentro da empresa (trabalhadores) para fora (ambiente social). Como o leitor perceberá, e diferentemente do que se poderia pensar ao tratar de neoliberalismo, a guerra em questão não é *contra* o Estado; antes, essa genealogia se refere às investidas de amplo espectro do setor empresarial contra grupos e instituições que ameaçam restringir a livre concorrência, seja pela regulamentação do mercado laboral, tributação, legislação ambiental, seja mediante discursos críticos capazes de mobilizar a juventude universitária ou até mesmo por meio da sabotagem pura e simples da produção. Enquanto o neoliberalismo é apresentado como uma reversão empenhada dos mecanismos de limitação do livre mercado, o Estado se apresenta, ao final do livro, como aliado crucial do patronato em busca da governabilidade perdida.

Mas a aproximação com a arte da guerra não é somente uma metáfora. Chamayou relata que, em 2011, manuais de contrainsurgência das Forças Armadas dos Estados Unidos chegaram a ser distribuídos a profissionais de relações públi-

cas de empresas, a fim de orientá-los no combate ao ativismo. Se, para os estrategistas que atuaram nas invasões do Iraque e do Afeganistão, a “cartografia do terreno humano” era um meio de identificação do inimigo a ser aniquilado, no contexto empresarial, essa técnica é convertida em instrumento de identificação de grupos cuja atividade possa perturbar os negócios. O mimetismo da linguagem militar está longe de ser, nesse caso, simples modo de falar: além de os discursos empresariais serem interpolados por inúmeras metáforas bélicas, a reação à contestação será militarizada em seus métodos. Um diretor executivo preconiza uma “guerra de guerrilha” contra os militantes que provocam boicotes; uma revista de negócios critica a forma com que os sindicatos “são autorizados a se organizarem como exércitos”; os ditos “códigos de conduta” das empresas são concebidos como “armas defensivas que serviriam, em uma fase posterior, como armas ofensivas contra regulações existentes” e assim por diante.

A guerra pode ser definida como uma situação de antagonismo inconciliável, em que a existência de um impõe obstáculo à existência do outro. Se, para Clausewitz, “a guerra é a mera continuação da política por outros meios”, para Marx e Engels, não apenas o capitalismo se organiza militarmente, dentro ou fora das fábricas, como há também uma permanente guerra civil, mais ou menos oculta na sociedade, que, em alguns momentos da história, expressa-se como *guerra de classes*. Nesse sentido, *crise* é o momento em que a energia latente dessa luta de vida e morte rompe a superfície pacificada da sociedade. Foucault, por sua vez, analisa os meandros desse antagonismo radical, concebendo a sociedade disciplinar também como uma guerra civil generalizada. Em um de seus cursos, ele inverte o dito de Clausewitz, afirmando que “a política é a continuação da guerra civil” e que as instituições de reclusão dariam coesão a essa guerra permanente.⁸

Em suas últimas obras, *Les Chasses à l’homme* e *Teoria do drone*, Chamayou também se volta para a questão da guerra,

ainda que por meio de diferentes abordagens. Nesses textos, o autor discorre sobre os modos pelos quais esses sujeitos foram convertidos em presas para abate: a “caçada” de seres humanos e os ataques por drones são incursões unilaterais que desconsideram o outro como semelhante. A caça a pessoas – escravizadas, pobres ou imigrantes – distingue-se claramente da ideia tradicional de guerra, definida por disputas de posição ou combates de movimento. A guerra de drone é um desenvolvimento técnico da caçada, um aperfeiçoamento do confronto assimétrico na medida em que é possível ver sem ser visto e matar sem se expor ao risco de ser morto.

A guerra da sociedade ingovernável, a guerra de classes, é tratada na última parte do livro em sua forma aberta. Segundo Chamayou, nos fundamentos do liberalismo autoritário estaria a ideia de que a sociedade precisa “voltar a sentir medo”, daí a necessidade de limitar as políticas sociais e retornar à sociedade da insegurança. A ditadura chilena (1973–90) é reconhecida como o “laboratório” dessa concepção. Mas, vale lembrar, foi também no Chile que, em outubro de 2019, assistimos à irrupção de impressionantes manifestações populares – o *estallido* chileno. À semelhança dos *gilets jaunes*, os manifestantes saíram às ruas de Santiago contra o aumento das tarifas do transporte público, até desembarcar numa contestação ingovernável da política neoliberal, vigente no país desde a ditadura. Diante da insurreição popular, o presidente Sebastián Piñera – que, tal como Macron, nunca foi associado ao seletivo grupo dos populistas de direita, ao contrário de Jair Bolsonaro e do húngaro Viktor Orbán – decretou estado de emergência e tratou de reprimir violentamente as manifestações.

Embora *A sociedade ingovernável* tenha em vista um objeto distinto – a guinada neoliberal das teorias empresariais e seus desdobramentos autoritários – em relação às outras obras do autor, é possível perceber uma continuidade em seu singular trabalho de investigação. Em *Teoria do drone*, Chamayou analisa as peças apologéticas de legitimação desse novo artefato técnico que, desde os anos 2010, marca a doutrina antiterror. E enuncia que sua “teoria crítica das armas” tem por obje-

⁸ M. Foucault, *A sociedade punitiva*, trad. bras. Ivone Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 2015, p. 21.

tivo “desmontar o mecanismo da luta militar”,⁹ revelando as relações sociais implicadas na “alquimia discursiva” de sua legitimação. Sua “teoria do drone” almejava, portanto, “fornecer ferramentas discursivas a quem quiser se opor à política que usa o drone como instrumento”¹⁰ e a filosofia, diz ele, deve “entrar no combate”. Finalidade análoga poderia ser depreendida de *A sociedade ingovernável*, que também trata de uma guerra *despolitizada*. No mesmo momento em que a indústria bélica se via prejudicada pelos movimentos pacifistas, a gerência empresarial era atingida por todo tipo de ataque. Enquanto para o complexo industrial-militar os problemas políticos são solucionados por artefatos de ataque à distância, as firmas se orientam por diferentes táticas de neutralização da contestação. Em ambos os casos o objetivo é a despolitização, é desativar os elementos potencialmente geradores de instabilidade – instabilidade intrínseca ao regime democrático – para assegurar o livre curso das tendências destrutivas do capital. Mais tarde, uma nova forma de supressão desses elementos perturbadores seria posta em prática, mediante cooptação e conversão de grupos oponentes em *nichos* de mercado ou fontes renovadas de legitimação – a exemplo do *green washing* do capitalismo verde e do *pink washing* da celebrada diversidade.

Na introdução de *Les Chasses à l’homme*, o autor retoma as palavras de Georges Canguilhem: “a filosofia é uma reflexão para a qual toda matéria estrangeira é boa e, nós até diríamos, para a qual toda boa matéria deve ser estrangeira”. No caso da obra de Chamayou, as “matérias estrangeiras” são os elementos da história da dominação do homem pelo homem, a qual inclui necessariamente regimes discursivos, de cujo desmonte toda teoria crítica deve se pôr a serviço. A certa altura de *A sociedade ingovernável*, o autor sugere que a história moderna das lutas sociais e ambientais poderia ser relida como a “revolta das externalidades”, isto é, como a recusa

da sociedade em endossar os “custos externos” do capital – dentre eles, os desastres ambientais e a destruição das condições mínimas da existência humana. Por extensão, poderíamos dizer que a história dessas lutas é também a história da revolta dos *corpos vis*, dos *caçados* e dos *ingovernáveis*, cujo estalido pode ser ouvido em toda parte.

JULHO DE 2020

YASMIN AFSHAR tem mestrado pela Universidade de São Paulo, é doutoranda em filosofia social na Universidade Humboldt de Berlim e associada ao Centro Marc Bloch, instituto franco-alemão de ciências humanas.

9 Grégoire Chamayou, *Teoria do drone*, trad. bras. Célia Euvaldo. São Paulo: Cosac Naify, 2015, p. 24.

10 *Ibid.*, p. 25.

SOBRE O AUTOR

GRÉGOIRE CHAMAYOU nasceu em Paris, em 1976. Formou-se na École Normale Supérieure de Fontenay-Saint-Cloud, em Lyon, em 1997. Tornou-se *agregé* em filosofia da instituição em 2000. Defendeu o doutorado sobre epistemologia e história das ciências e técnicas em 2007, na universidade Paris VII. Desde 2010, é pesquisador do Centro Nacional de Pesquisa Científica (CNRS), em Paris, e do Instituto Max-Planck, em Berlim. Traduziu para o francês obras de Clausewitz, Jonathan Crary, Ernst Kapp, Kant e Marx. Em 2015, venceu o English PEN Award de ensaio estrangeiro com *Teoria do drone*. Em 2019 foi convidado do Ciclo Mutações. Estudioso da obra de Kant e Foucault, colabora com o *Le Monde Diplomatique* e também é editor do selo “Zones”, da editora La Découverte, cujo catálogo é voltado para contracultura, ativismo e novas formas de contestação.

Obras selecionadas

Les Corps vils – Expérimenter sur les êtres humains aux XVIII^e et XIX^e siècles. Paris: La Découverte, 2008.
Les Chasses à l’homme. Paris: La Fabrique, 2010.
Théorie du drone. Paris: La Fabrique, 2013. [Ed. bras.: *Teoria do drone*, trad. Célia Euvaldo. São Paulo: Cosac Naify, 2015.]

COORDENAÇÃO Vladimir Safatle

Em um momento no qual revoluções se faziam sentir nos campos da política, das artes, da clínica e da filosofia, André Breton nos lembrava como havia convulsões que tinham a força de fazer desabar nossas categorias e limites, de produzir junções que indicavam novos mundos a habitar: “A beleza convulsiva será erótico-velada, explosante-fixa, mágico-circunstancial, ou não existirá”. Tal lembrança nunca perderá sua atualidade. A coleção Explosante reúne livros que procuram as convulsões criadoras. Ela trafega em vários campos de saber e experiência, trazendo autores conhecidos e novos, nacionais e estrangeiros, sempre com o horizonte de que Explosante é o verdadeiro nome do nosso tempo de agora.

TÍTULOS

Petrogrado, Xangai, Alain Badiou

Chamamento ao povo brasileiro, Carlos Marighella

Alienação e liberdade, Frantz Fanon

A sociedade ingovernável, Grégoire Chamayou

Guerras e capital, Éric Alliez e Maurizio Lazzarato

A vida social das coisas, Monique David-Ménard

© Ubu Editora, 2020

© La Fabrique Éditions, 2018

Título original: *La société ingouvernable: Une généalogie du libéralisme autoritaire*.

CAPA Manifestantes em frente à prefeitura de Manchester fantasiados da primeira ministra britânica, Margaret Thatcher, e do presidente dos Estados Unidos, Ronald Reagan. Eles simulam estar em um abrigo nuclear improvisado, construído a partir das instruções do manual oficial do governo inglês contra ataques nucleares intitulado “Protect and Survive”, que incluía papel higiênico, sucrilhos e água como itens de primeira necessidade. Junho de 1984 © Manchester Daily Express / SSPL / Getty Images.

[PP. 29-30] Trabalhadores da General Motors em greve fazem piquete na frente da fábrica em Oshawa, Canadá. Eles seguram a placa United Auto Workers [união dos trabalhadores da indústria automobilística]. Outubro de 1984 © Alan Dunlop / Toronto Star Newspapers / Toronto Public Library.

[PP. 69-70] Trabalhadores em greve desfilam em Toronto, 1972 © Jeff Goode / Toronto Star Newspapers / Toronto Public Library. Rochester, julho de 1964 © Democrat and Chronicle.

[PP. 187-88] Anne Matthews, liderança local, participa de piquete contra a Shell. Entre 11 e 17 de maio de 1987, foram realizados mais de cem piquetes em postos da Shell, em Londres © Anti-Apartheid Mouvement Archives.

[P. 239] Manifestante durante o Dia da Terra sobe em pilha de barris que representam o lixo radioativo do Complexo Rocky Flats, em Denver. Abril de 1970 © Steve Groer / Rocky Mountain News Photographs / Denver Library.

[PP. 305-06] Passeata em apoio à eleição de Salvador Allende. Setembro de 1964 © James Wallace / Biblioteca do Congresso, Washington, D.C.

COORDENAÇÃO EDITORIAL Florencia Ferrari
EDIÇÃO Maria Emília Bender
ASSISTENTES EDITORIAIS Isabela Sanches e Júlia Knaipp
PREPARAÇÃO Ângela Viana
REVISÃO Cláudia Cantarin, Hugo Maciel e Orlinda Teruya
DESIGN Elaine Ramos
ASSISTENTES DE DESIGN Laura Haffner e Livia Takemura
PRODUÇÃO GRÁFICA Marina Ambrasas
TRATAMENTO DE IMAGEM Carlos Mesquita
COMERCIAL Luciana Mazolini
ASSISTENTE COMERCIAL Anna Fournier
GESTÃO SITE / CIRCUITO UBU Beatriz Lourenção
CRIAÇÃO DE CONTEÚDO / CIRCUITO UBU Maria Chiaretti
ASSISTENTE DE COMUNICAÇÃO Júlia França

*Nesta edição, respeitou-se o novo
Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.*



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Elaborado por Vagner Rodolfo da Silva – CRB-8/9410

C442s Chamayou, Grégoire [1976-]
A sociedade ingovernável: uma genealogia do liberalismo
autoritário / Grégoire Chamayou. Título original:
*La société ingouvernable: Une généalogie du libéralisme
autoritaire*; traduzido por Leticia Mei; prefácio de
Yasmin Afshar. Coleção Explosante (coordenação
Vladimir Safatle). São Paulo: Ubu Editora, 2020 / 432 pp.
ISBN 978 65 86497 10 6

1. Política. 2. Neoliberalismo. 3. Sociedade. 4. Ciências sociais.
1. Título

2020–1501 CDD 320 CDU 32

Índice para catálogo sistemático:
1. Política 320 2. Política 32

UBU EDITORA
Largo do Arouche 161 sobreloja 2
01219 011 São Paulo SP
(11) 33312275
ubueditora.com.br
professor@ubueditora.com.br
  /ubueditora

Cet ouvrage a bénéficié du soutien des Programmes d'aides à la publication de l'Institut Français.

Este livro contou com o apoio à publicação do Institut Français.

Cet ouvrage, publié dans le cadre du Programme d'Aide à la Publication année 2019 Carlos Drummond de Andrade de l'Ambassade de France au Brésil, bénéficie du soutien du Ministère de l'Europe et des Affaires étrangères.

Este livro, publicado no âmbito do Programa de Apoio à Publicação ano 2019 Carlos Drummond de Andrade da Embaixada da França no Brasil, contou com o apoio do Ministério francês da Europa e das Relações Exteriores.



INSTITUT
FRANÇAIS

TIPOGRAFIA Sharp Grotesk e Arnhem

PAPÉIS Pólen Soft 80 g/m²

IMPRESSÃO Maistype